

Introdução

Políticas públicas na década de sessenta: continuidade ou rutura?

Este livro explora o que representou a década de sessenta do século XX para o autoritarismo português, discutindo se se tratou ou não de um ciclo coeso de políticas públicas setoriais para a economia e a sociedade, entre o início e o fim da década. Período de profundas transformações económicas e sociais de sentido modernizador, esses anos estão associados no plano da governação, sobretudo, à substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano na chefia do Governo. É inevitável, como tal, interligar a primeira questão, acima colocada, com uma segunda: de que modo influenciou a mudança da liderança governativa nas políticas setoriais que se encontravam em vigor? Prosseguiram o seu curso, iniciado no começo da década, ou sofreram alterações de orientação?

Ao colocarmos esta última questão, que nos surgiu a propósito de outro interesse que vem alimentando as nossas investigações e envolve a compreensão de como se desenvolveu o projeto corporativo estatal ao longo da ditadura, recuperamos uma forte interrogação que, desde que foi enunciada, não suscitou debate, mas evoluiu nos últimos trinta anos em estudos historiográficos e de outras ciências humanas e sociais, abrangendo uma variedade de fenómenos, desde os efeitos dos ciclos económicos e da capacidade de direção político-económica do Governo até ao ensaio de formas de redistribuição do rendimento e de proteção social, passando pela inculcação autoritária de valores na implementação de políticas.

A diversidade de respostas encontrada na literatura foi alimentada por distintas orientações de pesquisa que, sumariamente, se podem descrever como referindo-se: à captação do comportamento de um tipo de corporativismo, definido como tendo natureza sistémica; ao desenho de políticas públicas, no que envolveu recursos mobilizados e atores envolvidos na concretização de decisões políticas, impactos e resultados; às estratégias da autoridade estatal, identificada em especial com o presidente do Conselho de Ministros, não raras vezes percecionado como decisor centralista, interagindo em relações profundamente hierárquicas, escudado em mecanismos for-

mais como o direito ou os organismos da administração, destituídos de capacidade negocial ou de cooperação real.

Ao retomar a questão enunciada, interessou-nos fomentar uma abordagem orientada para três fluxos. Primeiro, o fluxo dos desafios, isto é, a identificação de desafios que se constituíram, na década de sessenta, como problemas públicos que requeram a atenção e a intervenção do governo e da administração pública. Segundo, o fluxo de políticas públicas sectoriais, captadas como as soluções específicas ou mais genéricas que pretenderam melhorar ou resolver os problemas públicos. Por último, o fluxo político processual ou, por outras palavras, as negociações e os intercâmbios entre decisores e as preocupações com as resistências e os apoios à solução entre as elites políticas, os grupos de interesse, o público em geral. Com esta visão, consideramos ser mais fácil identificar pontos em comum, mas também diferenças na maneira como são analisadas as políticas sectoriais que elegemos: a económica, a educativa, a de relações externas e de defesa, a da administração da justiça, a financeira, a laboral, a de previdência social, a de saúde, a colonial¹.

Dois objetivos determinaram a observação dessas políticas neste livro. Um, envolve a tentativa de compreender a natureza do projeto corporativo do Estado como um processo em constante evolução. Esta posição decorre da necessidade de problematizar a política do autoritarismo português de forma mais completa, encarando mecanismos regulatórios que prevalecem sob lutas políticas, redes de cooperação e emergência de novos atores nas tomadas de decisões em diversas matérias. Por outras palavras, responder ao problema de se saber o quão expansiva foi a arena decisória do Estado autoritário na ausência de processos democráticos na resolução dos seus conflitos internos e na formação de novas formas de convivência social. Outro, decorrente do primeiro, que pretende refletir sobre qual foi a capacidade das instituições se ajustarem a novos elementos endógenos e, sobretudo, a pressões exógenas. Continuamos a saber pouco do ajustamento que se operou e de como se adaptaram a um efeito de ciclo económico de crescimento e de integração europeia, com menos espaço para políticas económicas nacionais discricionárias. O desempenho macroeconómico foi ou não orientado por concessões keynesianas? Como funcionaram os novos incentivos na redefinição das políticas sociais? Estas acolheram o objetivo de realizar uma maior redistribuição? Ocorreu, e em que extensão, uma transformação de valores que determinou as referidas novas formas de convivência social para as áreas da educação, da saúde, da justiça, da organização do trabalho?

Compreender estas dinâmicas, umas mais internalizadas que outras, e as evoluções registadas quer no decurso dos anos sessenta, quer em relação à década precedente, pode ser um meio de evitar discussões ligeiras sobre qual o melhor «arquê-

¹ Idealmente, deveriam de ter sido observadas outras políticas sectoriais, como a de obras públicas, das infraestruturas, da assistência, da ciência, do mar ou do ambiente; não tendo sido possível, em boa medida pela data em que se pretendia ver publicada esta obra, e que se procurou que coincidissem com o cinquagésimo aniversário do primeiro ano do consulado marcelista, foi dada prioridade às políticas que envolveram a economia e a administração, algumas dimensões sociais, a posição de Portugal no mundo e o esforço de guerra.

tipo» de corporativismo que se aplica ao caso português, ou se se passou de um corporativismo a um neocorporativismo, lidos respetivamente como categorias fortes e fracas de relações institucionais entre sistemas de tomada de decisão e representação de interesses não democráticos, num caso, e democráticos, noutro caso. É também um caminho para evitar o recurso a categorias difusas como o reformismo ou a liberalização e aos apoios em contrafactuais, que apesar de imprecisos, tiveram ampla aplicação nas explicações avançadas sobre o final dos anos sessenta.

Em 1971, no livro *A evolução do sistema corporativo português*, no volume dedicado ao salazarismo, Manuel de Lucena escrevia ao analisar a década de sessenta: «A modificação não começa depois da retirada do velho mestre. No plano económico e social, esboça-se nos últimos anos de Salazar. Só a abertura política lhe é posterior» (Lucena, 1976, p. 24). Em escritos posteriores, voltou a sublinhar esta ideia ao registar o desenvolvimento que, nesses anos, tinham tido algumas políticas sociais, como fora o caso da previdência (Lucena, 2000).

Nos anos de 1980, quando a historiografia começou a ocupar-se do estudo do Estado Novo, privilegiou-se o tratamento do comportamento da economia e das realidades sociais, especialmente entre os primeiros anos da ditadura e 1945, dominando as análises baseadas em factores estruturais. Mais tarde, já no final da década de noventa e início da década de dois mil, algumas teses de doutoramento debruçaram-se sobre a economia de guerra e sobre o período de 1945 a finais de 1950, sendo mais escassas as investigações que acompanharam o desenvolvimento da atividade económica ou de uma política sectorial ao longo de todo o *Estado Novo*². Uma rara individualização da década de 1960, pormenorizada e valorizando proporcionalmente aspectos económicos, políticos, militares e diplomáticos, foi proposta por Filipe Ribeiro de Meneses, na biografia que fez de Salazar. Tratando-se, no entanto, de um estudo biográfico focado naquele governante, o autor não cobriu os anos finais, já relativos ao consulado de Marcelo Caetano, e não discutiu as questões que aqui nos ocupam (Meneses, 2009, pp. 571-627).

Na maioria dos trabalhos houve a preocupação de entender e de explicar como se foi desenvolvendo o projeto corporativo do Estado, considerado um dos principais elementos distintivos do autoritarismo português. Todavia, nem sempre o novo relacionamento que o Estado inaugurou com a economia e a sociedade, desde o fim da II Guerra Mundial, foi explicado à luz dos novos fundamentos que foram sendo introduzidos (apesar de terem estado na origem de uma extensa normatividade, da alteração de motivações dos agentes operativos e dos papéis e funções das instituições criadas e/ou reconfiguradas), continuando os discursos historiográfico e de algumas ciências sociais a transportar para a matriz analítica da nova época os princípios que

² Para um panorama bastante completo do que foi sendo produzido pela academia portuguesa até 2012 nestes domínios, consulte-se: Luís Reis Torgal (2009, pp. 339-342). A essa resenha pode acrescentar-se: José Maria Brandão de Brito (1995); Luciano Amaral (2002); Álvaro Garrido (2006); José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Fernanda Rollo (2002); David Castaño, *et al.*, (2017).

nortearam os anos de 1930 e 1940. Não por acaso, apesar de algumas obras terem enunciado a tese de que a organização corporativa, depois de 1945, deixou de estar no centro da disciplina económica, passando a ser um instrumento auxiliar da coordenação económica conduzida pelo Estado, continua a saber-se pouco sobre o que Vital Moreira chamou de «contração do princípio corporativo» (Moreira, 1973, p. 58) e do que foi a progressiva institucionalização de uma economia competitiva.

Esse último aspeto foi bem enunciado em algumas sínteses temáticas e contextuais em torno de variadíssimos sectores de atividade, numa extensa obra que procurou caracterizar as relações da ciência e da tecnologia com a sociedade portuguesa do século XX, onde a década de sessenta se evidencia como importante ponto de viragem na modernização do País, através de dinâmicas de inovação, sustentadas por alguma diplomacia científica e económica e por relações industriais e empresariais (nalguns casos ancoradas em agências e organizações internacionais)³. Alguma sustentabilidade foi dada a tais tendências por via das modificações que atingiram o ensino superior, como é assinalado na obra *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, organizada por Maria de Lurdes Rodrigues e Manuel Heitor; tendo-se registado o primeiro alargamento da rede daquele ensino para Angola e Moçambique, a par de um esforço de aproximação à Europa, por via de missões de cientistas em universidades europeias, da criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, na esteira de recomendações da OCDE, ou da implementação de programas de bolsas por organizações externas, como o Comité Científico da NATO, ou privadas, como a Fundação Calouste Gulbenkian⁴. Outras investigações documentam acentuadas mudanças estratégicas em investimentos. Foi o caso da arquitetura pública, domínio marcado por um novo planeamento, planos de ordenamento e novas linguagens arquitetónicas, da responsabilidade de arquitetos e urbanistas, bem como de Direções Gerais mais ativas. O país registou uma assinalável renovação e expansão dos equipamentos públicos (obras hospitalares e escolares), concomitante com o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários e turísticos (porém, aleatórios e indutores de desequilíbrios territoriais). Em Lisboa, ocorreu ainda a internacionalização da cidade com o surgimento dos grandes edifícios de serviços, obras de prestígio da banca e do comércio (Fernandes, 1994; Tostões, 2004; Brites, 2014). Outros estudos apontam para políticas direcionadas para a redistribuição do rendimento e a proteção social. É o caso, por exemplo, da política da habitação económica em meio

³ Trata-se da obra em três volumes: *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, coord. de Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito, Maria Fernanda Rollo, [Lisboa], Publicações D. Quixote, 2004. Vejam-se em particular os contributos de Maria Fernanda Rollo (2004, pp. 41-80); Eduardo R. de Arantes e Oliveira (2004, pp. 395-406); Emanuel Maranhã das Neves (2004, pp. 409-433); Emílio Brogueira Dias e Jorge Fernandes Alves (2004, pp. 233-253); João Paulo Avelãs Nunes e Helena Alves (2004, pp. 471-514); Jaime Ferreira (2004, pp. 667-679).

⁴ *40 Anos de Políticas da Ciência e de Ensino Superior*, coord. de Maria de Lurdes Rodrigues e Manuel Heitor, Coimbra, Almedina, 2015. Com destaque para os artigos aí publicados de Manuel Heitor (2015, pp. 81-146), Maria Fernanda Rollo (2015, pp. 147-186) e Tiago Brandão (2015, pp. 187-234).

urbano, constatando-se a criação de um novo relacionamento do Estado com o mercado imobiliário; quer através da criação de uma política de crédito imobiliário (com o surgimento dos empréstimos para aquisição de habitações próprias destinadas aos beneficiários das caixas de previdência), quer pela estratégia, pela primeira vez experimentada, de afetação dos capitais das caixas de previdência, não só a modalidades de habitação económica (casas de renda económica, casas económicas), mas também a imóveis para instalação de serviços e comércio, prédios em regime de propriedade horizontal, prédios de renda livre (Baptista, 1999; Acciaiuoli, 2015; Agarez, 2018; Santos & Brito, 2019)⁵. Importantes são ainda as investigações, oriundas sobre a génese do chamado Estado Social em Portugal, demonstrando o alargamento sustentado da previdência social a diversos grupos profissionais (Carolo, 2006; Guibentif, 1985; Nunes, 2018). São, todavia, os estudos na área da economia que mais se destacam na leitura da década de 1960, debruçando-se sobre resultados macroeconómicos, execuções de empreendimentos, comportamentos de investidores e realização de investimentos, planos de planificação económica, diplomacia económica e relações comerciais com o exterior, etc. Aí se encontram elementos diversificados que permitem reconhecer a década de sessenta como de crescimento económico e de reestruturação, com maior integração da economia no espaço europeu e melhorias na distribuição do rendimento (em progressivo alargamento) por sectores da população metropolitana, não obstante a não superação de distorções crónicas no País como os salários baixos, uma mão de obra maioritariamente pouco qualificada ou os custos da energia (Lopes, 1996; Amaral, 2002; Corkill, 2004).

Das circunstâncias políticas que envolveram a década de sessenta, onde se destaca o início da guerra em África (1961) ou a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano na chefia do Governo (1968), existem também sínteses muito informativas, designadamente em obras coletivas e nas coleções de História de Portugal existentes (Rosas, 1994; Ramos, 2009; Oliveira, 2014). Paradoxalmente, terá sido a excessiva atenção dos estudiosos aos mecanismos políticos que mais contribuiu para a década de sessenta ser, talvez, aquela que menos tenha sido alvo de tentativas de compreensão a partir da sua estrita cronologia. Como lembra Manuel Villaverde Cabral, no artigo que assina neste livro, amiudamente este período é observado com uma temporalidade distendida, que cobre os anos de 1958, marcados pelas eleições presidenciais e pela a mobilização da Oposição, até 1974, ano do golpe militar do 25 de abril que pôr termo ao regime. É ainda de natureza estritamente política, o fator que parecer enviesado o interesse pelo que representou, no seu conjunto, a década de sessenta para Portugal. Referimo-nos à consideração, exaustivamente repetida, de que o mais expressivo ponto de transformação, ou até de rutura, nas várias políticas que cobriram a economia e as matérias sociais foi suscitado pela chegada de Marcelo Caetano à liderança do Governo e pela sua atuação posterior.

⁵ Outros contributos encontram-se em: Margarida Acciaiuoli (2015, pp. 583-639); Maria Tavares (2010); e Maria Tavares e João Miguel Couto Duarte (2018).

São diversas as marcas distintivas apontadas ao seu consulado, entendidas como resultantes de um projeto político tido como bastante personalizado e amadurecido (pelo próprio Caetano), antes e depois de chegar ao poder. Donde, o que mais tem interessado aos estudiosos tem sido a definição do que foi o projeto marcelista, qual a sua viabilidade e as razões para o seu falhanço. Na linha do que defendeu na *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, Fernando Rosas, em livro que coordenou com Pedro Aires de Oliveira, apoiado em diversos estudos parcelares de autores diversos, dissecou estas três questões, classificando o projeto marcelista como reformista e desenvolvimentista, embora mais moderado do que o próprio governante defendera em 1962. Aquele autor caracterizou o ambiente de expectativa em que Caetano assumiu a presidência do Conselho de Ministros, valorizou a influência dos jovens tecnocratas no Executivo e a difícil coabitação com elites receosas da inovação e afastadas das realidades sociais.

Concluiu então que a guerra colonial, que se arrastava sem solução político-militar conhecida, foi o principal fator de bloqueio daquele projeto político, que a revisão constitucional de 1971, com o que pretendia consagrar, não ultrapassou (Rosas, 2004). Esta proposta de leitura do marcelismo veio a ser aprofundada por outros autores, em diversos trabalhos, que explicaram opções estratégicas nas relações com o exterior e em política interna, permitindo, em alguns casos, conhecer em detalhe a aplicação das chamadas «reformas» em diversas áreas da intervenção do Estado (de que o melhor exemplo serão, porventura, os trabalhos em torno das reformas do sistema educativo, desenvolvida pelo ministro Veiga Simão, ou do sistema de previdência social, em particular no tocante às pensões)⁶.

Outras interpretações do marcelismo foram propostas por Jorge Borges de Macedo, Luís Reis Torgal e, mais tarde, por Rui Ramos, em obra que coeditou com Manuel Braga da Cruz, destinada a recolher testemunhos de diversas personalidades (colaboradores, críticos e opositores) sobre o ex-governante. Para Borges de Macedo, o marcelismo constituiu um período histórico com características ideológicas, sociais e políticas bem diferenciadas do salazarismo. Teria correspondido ao trajeto de um grupo próprio, revelando-se como «denunciador de mudanças necessárias e convenientes», não necessariamente radicais, que, chegado ao momento de governar, embora não tivesse perdido nem excedido a oportunidade, foi ultrapassado pela emergência do que o autor chamou «partido militar». Por outras palavras, o grupo militar resultante da união dos comunistas com o grupo político de apoio de Caetano que, preparando o fim da guerra colonial e contando com o apoio das massas civis, criou uma «situação de vitória, quase sem luta». Os projetos de reforma política do marcelismo, que visavam sobretudo o reforço da sociedade civil, teriam, segundo Borges de Macedo, sofrido um compasso de espera, pelo receio de que, uma vez desencadeado, pudesse vir a ser parado o processo de evolução para uma república democrática e parlamentar (Macedo, 1995, pp. 7-35).

⁶ Para além dos artigos coligidos em: *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. de Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2004; vejamos ainda: Ana Paula Rias (2009); Daniel Carolo (2006).

Desconstruindo a ideia de originalidade política do projeto de Caetano, Torgal propôs uma leitura para o marcelismo definida pela bipolarização. Por um lado, teria sido feita uma manutenção da política salazarista, tal como vinha sendo conduzida antes de 1968, sobretudo em relação aos territórios coloniais e ao estatuto constitucional e extra-constitucional, no que envolvia a limitação das liberdades políticas. Por outro lado, teria havido investimento num projeto de desenvolvimento económico e social, dito de «liberalização», onde o corporativismo continuava a ser válido como organização e doutrina (Torgal, 2009, pp. 617-625 e 635-673). Em Rui Ramos encontra-se ainda mais mitigada a ideia de liberalização do regime, provocada pela governação de Caetano. Na sua perspetiva, tal abertura teria correspondido essencialmente ao recrutamento de personalidades e grupos que se tinham tornado críticos da governação salazarista, com vista a recuperar apoios para o regime, sendo difícil admitir mais do que a disponibilidade do sucessor de Salazar para realizar uma «descompressão» (Ramos, 2012, pp. 490-494).

Sobre este debate, os principais biógrafos de Marcelo Caetano manifestaram posições diferenciadas, que vale a pena revisitar. Descrevendo o biografado em traços que lhe imputaram um perfil trágico, Vasco Pulido Valente não questionou que houvesse em Caetano uma vontade de «desenvolvimento económico acelerado, de justiça social e de mais intensas relações com a Europa», e atribuiu-lhe, quanto aos cinco anos do seu consulado, «um esforço de modernização (a palavra é dele [Caetano]) quase sem paralelo na história moderna portuguesa». No final, para um sucesso maior, teria faltado uma outra cultura económica (portanto, dos empresários portugueses), capaz de proporcionar a alavancagem que, dentro do que eram as suas atribuições, o governante pudera desencadear (Valente, 1999, pp. 205-206). Mais moderado, J. M. Tavares Castilho assinalou que Marcelo Caetano procurara desenvolver na economia, onde se mostrou mais dinâmico, e na política social um programa de alguma liberalização que alimentava desde os tempos em que fora ministro da Presidência, com vista à sua legitimação no novo cargo (Castilho, 2012, pp. 475 e 552). Por seu turno, Francisco Palomanes Martinho, desconstruindo a ideia de que o ex-presidente do Conselho fora um liberal/moderado e acentuando, sem pormenorizar, que a «economia portuguesa desde o período salazarista dava sinais de crescimento e modernização», vincou que as eventuais reformas do marcelismo foram prejudicadas pelo «agravamento da crise política» (Martinho, 2016, pp. 357, 361 e 412).

Não sendo este o lugar para discutir aprofundadamente cada uma das teses enunciadas, cumpre notar que nenhuma delas, ao enfatizar o perfil dito reformista, desenvolvimentista ou liberalizante do marcelismo, no que envolveu as transformações na economia e na política social, dialoga com o que nessas áreas foi feito nos últimos oito anos da governação de Salazar. As narrativas historiográficas e de outras disciplinas têm, de facto, privilegiado ou até hipervalorizado os «progressos do marcelismo». Num dos seus últimos trabalhos, Fátima Patriarca constatou esta mesma dimensão, não hesitando em esclarecer que as traves mestras do designado Estado Social de Marcelo Caetano se encontravam em fase de construção durante o governo de Salazar. Com clareza, explicitou: «sob este ponto de vista, e ao contrário do que geralmente se supõe, Marcelo Caetano não foi original quanto às soluções normativas

que fez aprovar, uma vez que aquelas, na sua esmagadora maioria, se encontravam já plenamente sedimentadas, pelo menos do ponto de vista técnico» (Patriarca, 2008, p. 138).⁷ Neste quadro, bem captado por Patriarca e demonstrado nos contributos trazidos por esta obra, pode-se perguntar até que ponto é que a «batalha da memória e da interpretação», na precisa expressão de Rui Ramos na obra atrás citada, iniciada sobretudo por Marcelo Caetano em torno da construção da sua biografia política, desde a sua deposição do Governo até ao final da vida, e por alguns protagonistas do salazarismo tardio e do marcelismo, não foi, afinal, bem sucedida mas demasiado tratada, sem a crítica que merecia, no labor académico.

Duas partes formam este livro. A primeira é dedicada ao contexto, na segunda apreciam-se políticas sectoriais específicas. Os dois artigos que se inscrevem na primeira parte detalham a conjuntura dos anos sessenta a partir das estratégias de governação económica e das tendências migratórias e culturais que eclodiram na sociedade portuguesa, afetada pelo epifenómeno que foi a guerra colonial.

O artigo de Guilherme D'Oliveira Martins coloca-nos perante uma dilatação da cronologia para explicar a década de sessenta, remontando à segunda metade dos anos cinquenta, onde encontra eixos que vão ter pleno desenvolvimento no tempo seguinte, designadamente: a inserção de Portugal em organizações económicas e financeiras internacionais, a modernização da administração pública, o crescimento industrial, que associa, em particular, ao estímulo da EFTA. Favorável ao entendimento de que, na década analisada, os resultados macroeconómicos foram positivos e que se alcançou alguma liberalização económica, o autor mitiga a sua importância, recordando que os empreendimentos económicos mais importantes sofreram atrasos nas execuções. Embora destaque uma maior pró-atividade do Estado na direcção económica com o objetivo de estimular a iniciativa privada e a concorrência, Oliveira Martins enuncia que na governação económica se assistiu a uma complementaridade, e não a uma oposição, entre duas estratégias: a autárquica e a liberalizante.

Refletindo sobre as dinâmicas mais marcantes para a sociedade portuguesa na década de sessenta, Manuel Villaverde Cabral é exaustivo ao elencar o fim da agricultura familiar, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a emigração, a integração na EFTA, a vaga de turismo em Portugal e, naturalmente, a mobilização militar maciça para África e os exílios. Sem rejeitar a imagem de uma sociedade marcada por grandes desigualdades, onde o índice de «distância ao poder» foi elevado, o autor regista, no entanto, a ocorrência de uma mutação no processo social de produção e consumo material e intelectual, resultante do crescimento económico verificado, que passou a estar disponível para grupos sociais diversificados e gradualmente mais instruídos. Uma alteração profunda capta-a no plano dos valores, alegando que, após a morte de Salazar, as referências que haviam conduzido o seu governo desapareceram virtualmente com a revolta anti-autoritária representada pelo Maio de 1968. No seio da Oposição, refere, também foi abandonado o «neo-realismo», veiculado sobretudo

⁷ Sublinhe-se alguma evolução na posição da autora, designadamente, compare-se com a sua posição inscrita em: Fátima Patriarca (2004, pp. 171-212).

pelo Partido Comunista Português e pelos intelectuais que gravitavam na sua esfera, assistindo-se ao recomeço de um pluralismo literário e artístico «que não desmerecerá» o que se fazia pela Europa fora.

Na segunda parte do livro, a análise das políticas públicas sectoriais da década de sessenta é iniciada com o artigo de Filipe Ribeiro de Meneses focado na política de defesa. Inevitavelmente centrada na guerra colonial, esta investigação, tecendo um pequeno estado da arte sobre o tema, aprofunda iniciativas políticas, diplomáticas e militares contraditórias entre si, desenvolvidas durante a governação de Salazar e Caetano. Sobre a atuação de Salazar, sempre com uma relação conturbada com o poder militar, o autor vinca como a sua inação perante a eclosão da guerra contribuiu para uma escalada na violência perpetrada. Atribui-lhe também um comportamento marcado pela noção de impunidade que lhe permitia ignorar o crescente isolamento do País, inclusive junto de dois aliados tradicionais, como os Estados Unidos da América e o Brasil. Em paralelo, Salazar promoveu soluções de alinhamento político e económico com potências africanas, como a Rodésia e a África do Sul, que privilegiavam políticas de supremacia racial e de repressão de movimentos independentistas. Quanto a Caetano, Ribeiro de Meneses destaca que este, invertendo a estratégia de Salazar face aos tradicionais aliados, capitalizou algum apoio político com uma aproximação à Grã-Bretanha e aos EUA, a quem facilitou apoio logístico na Guerra de Yom Kippur). Menos claras se afiguram as intenções de Caetano quanto à solução a dar à guerra em África. Demonstrando a existência de contradições entre as declarações do presidente do Conselho de Ministros, que passou a ideia de estar a preparar uma solução federal que pusesse fim àquele conflito militar, e o que foi dito pelos seus colaboradores mais próximos, por diplomatas estrangeiros em Portugal e ainda pelo que demonstram os acervos documentais abertos à investigação, que apontam para o reforço da colaboração com a África do Sul, através do Exército ALCORA; o autor não chega a resolver o enigma relativo às reais intenções do sucessor de Salazar, alertando para a falta de provas empíricas, até ao momento, que permitam uma resposta consistente.

O artigo seguinte, elaborado por José Reis, recupera o tema da economia e da política económica, podendo suscitar saudáveis confrontações com o quadro traçado por Guilherme D'Oliveira Martins na primeira parte, ou com o que outros autores sugerem, nesta segunda parte, designadamente sobre a política financeira, de organização do trabalho, de educação ou de previdência social. Embora destacando, face a períodos precedentes, a originalidade do crescimento económico na década de sessenta, o autor enfatiza que o mesmo não permitiu corrigir desequilíbrios básicos da economia do País. Alertando para que o crescimento foi circunscrito ao desempenho da indústria pesada e dos sectores que limitadamente exportavam, Reis argumenta que não se expandiu a capacidade de criação de riqueza, mantendo-se um «dirigismo económico intenso», a proteção a posições monopolísticas e oligopolísticas, uma reduzida infraestruturização do País, a desvalorização do trabalho e do emprego. Por último, abrindo um outro estimulante debate, afirma que na ausência de democracia também não foram corrigidas desigualdades na repartição do rendimento e na proteção social. Quanto a mudanças na política económica, suscitadas pela substituição de Salazar por Marcelo Caetano, José Reis conclui que «não houve duas economias».

Outra visão do crescimento económico dos anos sessenta promove Nuno Valério no tratamento que faz da política financeira. Às limitações apontadas por José Reis, contrapõe este autor uma realidade de oportunidades aproveitadas de aumento de despesas de fomento e de formação de capital humano. Se até meados da década predominou um primeiro ciclo, em que as finanças públicas se afiguraram totalmente dominadas pelo peso da guerra colonial; na segunda metade encetou-se outro ciclo, sublinha, em que a reforma fiscal (estruturada no final da década anterior), e o III Plano de Fomento permitiram uma adaptação financeira ao prolongamento do confronto militar e uma redução relativa das despesas com a defesa. Tal permitiu uma estabilização das despesas administrativas, uma recuperação das despesas com a economia e uma subida significativa das despesas com educação. Globalmente essas despesas alicerçaram-se, sobretudo, na recuperação e na consolidação do papel dos impostos como fonte de receitas públicas. Embora aceitando que tais mudanças possam ter sido acentuadas pela viragem política de 1968, Valério enfatiza que a sua preparação e arranque já tinham acontecido antes.

A importância do III Plano de Fomento no planeamento da política de educação é confirmada por Eduardo Marçal Grilo, no artigo seguinte. Retratando o sistema de ensino, ao longo de toda a década de sessenta, como muito fechado, frequentado apenas pelos filhos dos estratos sociais mais elevados, o autor considera que foi modesta a evolução alcançada naquele decénio, por comparação com o que sucedeu nas décadas seguintes. Todavia, regista que se verificou um aumento da escolaridade obrigatória, se apostou na formação de novos recursos humanos, na criação dos serviços de acção social escolar, no desenvolvimento das atividades circum-escolares e na utilização de novas tecnologias audiovisuais, que permitiram a criação da telescola. O próprio Ministério da Educação procurou modernizar-se, sendo estratégica a criação do seu Gabinete de Estudos. A institucionalização do planeamento da ação educativa, tal como da investigação científica, tornou-se também uma realidade, através da inclusão destas nos Planos de Fomento, e no novo Estatuto da Educação Nacional.

No domínio da legislação laboral, os anos sessenta foram marcados pela publicação de diplomas que introduziram elementos de modernização no sistema corporativo, em concreto na organização do trabalho. Numa detalhada análise, captando transformações e negociações no extenso processo legislativo que envolveu alguma dessa legislação, António Monteiro Fernandes demonstra que se passou de um paradigma assente nos princípios gerais para outro que pormenorizou direitos e deveres inerentes às condições de trabalho nas relações individuais. Contrapondo com a legislação do trabalho preparada e publicada durante a governação de Salazar, o autor conclui que aquela não constituiu uma «preocupação prioritária» para Caetano, nos seis anos em que este presidiu ao Conselho de Ministros, e que os diplomas publicados não apresentaram descontinuidades significativas face à legislação anterior, sendo que alguns resultavam ainda de propostas avalizadas por Salazar. Mesmo no caso da problemática da duração do trabalho, que originou o decreto-lei n.º 409/71, de 27 de setembro, preparado pela equipa governativa do novo ministro das Corporações, Baltasar Rebelo de Sousa, o autor demonstra que obedeceu aos princípios do regime jurídico do contrato individual de trabalho (preparado longamente e publi-

cado somente em 24 de novembro de 1969, através do decreto-lei n.º 49 408) e que concretizou um compromisso do anterior legislador, assumido no contexto da sua preparação. À renovação dessa legislação, beneficiária de suportes teóricos específicos que se desenvolveram nesses anos, Monteiro Fernandes associa diversas iniciativas que formaram uma nova «escola» de direito do trabalho, plasmada na revista *Estudos Sociais e Corporativos*, do Centro de Estudos Sociais e Corporativos, ou da atividade do Instituto de Estudos Sociais.

A conclusões não muito diferentes destas, envolvendo a política de previdência social, chegam Cristina Rodrigues e Daniel Carolo no seu contributo para este livro. Atribuindo à reforma da Previdência Social de 1962 um carácter reformador e estruturante, assente na ideia de extensão e universalização dos benefícios sociais da previdência (incluindo os cuidados de saúde), os autores explicam que o conjunto de medidas em que aquela se declinou significou uma rutura com alguns dos princípios fundamentais que norteavam o projeto corporativo. Foi abandonada a ideia da mera intervenção supletiva do Estado na despesa social, passando este a assumir-se como seu financiador. Gradualmente, ultrapassaram-se ainda os pressupostos de separação administrativa e institucional dos regimes de previdência, segundo uma base profissional. A lógica determinada para o sistema previdencial com a reforma de 1962 sobreviveu ao fim do regime e manteve-se nos primeiros dez anos da democracia, surgindo somente em 1984 a Lei de Bases da Segurança Social. Sobre o alargamento da previdência aos rurais, datada de 1969 e considerada uma das heranças mais importantes de Marcelo Caetano e da sua governação, Rodrigues e Carolo têm o cuidado de recordar que não existe base empírica que sustente que resultou da iniciativa do novo presidente do Conselho ou de qualquer mudança de rumo na evolução do sistema. A cobertura dos trabalhadores rurais fora prevista na legislação de 1962 e a sua importância assumida sistematicamente, na época, pelo titular da pasta das Corporações.

Na caracterização da política da saúde desenvolvida nos anos sessenta, Manuel Valente Alves destaca três elementos cruciais. O primeiro é que este decénio recolheu resultados, como o aumento progressivo da esperança de vida, que derivaram dos fundamentos para a organização da saúde estabelecidos desde a década de quarenta. O segundo envolve a plena incorporação que foi feita do conceito de saúde definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), à qual Portugal aderira em 1946, e que se tornara corrente neste domínio, quer política, quer profissional e cientificamente. Um exemplo encontra-se na publicidade e no desenvolvimento do Programa Nacional de Vacinação, lançado em 1965 no País e que antecipou em dez anos a recomendação da OMS para que fosse implementado em todos os países do mundo. Por fim, um terceiro elemento que aponta para o crescente investimento que o Estado passou a fazer na saúde, designadamente ao nível da investigação experimental e epidemiológica. Donde seja deste período a criação das duas grandes unidades de investigação de Lisboa: o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Também a criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, em 1967, reforçaria as dinâmicas de estímulo à investigação experimental. Embora colocando o problema da equidade, ao qual o sistema de saúde não respondia de forma satisfatória, o autor sublinha que neste decénio, sobretudo

após a publicação do Relatório sobre as Carreiras Médicas, em 1961, foram lançadas as bases para uma reforma da saúde que viria a culminar em 1979, com a criação do Serviço Nacional de Saúde.

Para a área da justiça, uma das menos estudadas na literatura que se ocupa das políticas públicas, Vânia Álvares e Nuno Garoupa traçam um cenário marcado por ambivalências. Por um lado, apontam a modernização do ordenamento jurídico português, destacando a aprovação do Código Civil de 1966 e do novo Código de Processo Civil, culminando com a criação dos tribunais de família no ano de 1970. Novos códigos do Registo Civil e do Notariado foram também produzidos. Por outro lado, os autores constataam como o sistema judicial, não obstante a modernização encetada, se manifestava serôdio para uma economia cada vez mais competitiva. Alertam para a circunstância de, neste decénio, se encontrarem já identificados, quer no processo legislativo, quer no que se fixou em letra de lei, os três temas jurídicos e jurisdicionais que, nas décadas seguintes, continuaram a revelar-se uma preocupação constante: uma morosidade crescente, uma progressiva especialização dos tribunais e um difícil acesso à justiça, atingido por várias insuficiências. Dialogando com a questão de ter havido, ou não, uma continuidade na política para a justiça, entre os governos de Salazar e de Caetano, Álvares e Garoupa apontam para uma linha de continuidade conceptual e de controlo externo das instituições judiciárias pelos Executivos. Seguindo um padrão que notam ter sido comum a outros estados autoritários, em termos de organização judiciária, advogam que se assistiu à entrega de todos os casos politicamente sensíveis a tribunais especiais, altamente subservientes em relação às estruturas de segurança política, policiais ou militares, em que os magistrados optavam por uma atuação discreta e passiva, que remetia para a interiorização da própria ideia de *pouvoir nulle*. Sinais contrários, de descontentamento com o mundo judicial, envolvendo posições polémicas de magistrados (por exemplo, de Francisco Velozo) e advogados (como José Magalhães Godinho, Salgado Zenha, Adelino da Palma Carlos ou Artur Santos Silva), expressas singulamente na imprensa, ou em estudos e colóquios de eventos coletivos, a par da discussão de alguns problemas como as remunerações e o acesso às carreiras, foram também identificados pelos autores.

A fechar a segunda parte do livro, o artigo de Sérgio Neto e Luís Reis Torgal revisita o tema do relacionamento do Estado central com as possessões coloniais, no contexto da guerra em África, discutindo medidas económicas e culturais que pretenderam responder às reivindicações de independência e às pressões internacionais anticoloniais. Do movimento de diplomas que identificaram, relativos a matérias muito distintas, como a exploração de matérias primas, a infraestruturização e industrialização, as relações laborais e o trabalho forçado, os cultivos e a ocupação e concessão de terrenos, a saúde, o ensino ou o regime do indigenato, os autores registam que o momento de reformas mais complexas correspondeu ao período em que Adriano Moreira foi titular da pasta do Ultramar. Considerando a globalidade do decénio, advogam que não existiu uma regulação de sentido unívoco. No espírito do legislador existiu tanto a intenção de esvaziar tensões e evitar sublevações (sendo feitas algumas concessões aos autóctones), como a necessidade de cultivar uma estratégia assimilacionista robusta. Apesar das mudanças económicas e sociais registadas

em Angola e Moçambique e até das resistências que alguma legislação suscitou, Reis Torgal e Neto concluem que estas não tiveram força suficiente para, na generalidade, pôr fim ao imaginário do Império.

Da proposta de reflexão lançada aos autores não se alcançou uma interpretação unívoca. Sobre as questões apontadas no começo desta Introdução permanece uma tensão que compõe a dinâmica global da obra. Não há que negá-la, sobretudo, porque é sugestiva do que pede aprofundamento posterior. Evidenciando diferenças metodológicas, os textos aqui reunidos concentraram-se nas mecânicas de mudança de agenda e ilustram como o processo de elaboração de políticas variou de área para área. Alguns textos, no pouco espaço de que dispunham, explicitam ainda as consequências das escolhas de políticas. Diferentes entre si, permitem, porém, avançar com a conclusão de que não existiu no autoritarismo português um único processo de formulação de políticas. Esta posição é tanto mais importante quanto mostra que análises que tentam uma interpretação estabelecendo diferenças claras entre a forma política do Estado e a natureza da formulação de políticas podem ser redutoras e suscetíveis de conduzir ao fracasso as tentativas de entendimento do papel e das características da intervenção do Estado e dos comportamentos da economia e da sociedade.

Vários elementos sobressaem dos artigos aqui reunidos e vale a pena elencá-los porque não têm sido suficientemente discutidos e incorporados nas leituras deste período da história portuguesa contemporânea. Desde logo, a importância do pensamento e da estratégia de vários ministros (veja-se o protagonismo de Ferreira Dias Jr, Inocêncio Galvão Teles, Antunes Varela, Botelho Moniz, Almeida Fernandes, etc.), que concorrem para mitigar a força das narrativas excessivamente centradas nas duas figuras que foram os chefes de Governo. É significativo constatar as suas redes pessoais e que influências sofriam, por exemplo de diplomatas, outros agentes sobre os quais a literatura (em geral, com exceção dos estudos de relações internacionais) é bastante escassa. Ainda sobre os ministros de Salazar e Caetano importa notar a influência do seu pensamento e ação para lá da sua presença no Executivo, o que confronta o leitor com o incremento de planos e medidas, pensados pelo «ausente», depois da sua saída de funções. Uma última nota para sublinhar um dado que merece também ser problematizado e que alguns dos artigos nos devolvem: em concreto, o facto de alguns dos ministros de Marcelo Caetano se assumirem como discípulos de personalidades que haviam sido ministros de Salazar⁸. De uma outra ordem é um elemento, talvez mais discutido

⁸ Trabalhos recentes focaram a última remodelação que Salazar fez do Executivo, colocando esta questão em espelho, ou seja, sublinhado, que os governantes nomeados para esse «último» governo eram «marcelistas». Veja-se: Fernando Martins, «A última remodelação de Salazar. Preparada ou resultado de um homem diminuído?» in *Observador*, 18 de agosto de 2018. Última consulta em 20 de junho de 2019: <https://observador.pt/especiais/a-ultima-remodelacao-de-salazar-preparada-ou-resultado-de-um-homem-diminuido/>. Outro estudo sublinha a dificuldade encontrada por Salazar em reunir personalidades disponíveis para integrar aquele Executivo: José Pedro Castanheira, António Caeiro e Natal Vaz (2019, pp. 36-42, 57-68).

e presente nos discursos científicos, sublinhado em vários artigos: a manipulação da opinião pública que foi feita pelo regime autoritário, quando esteve em causa a provisão de bens e serviços públicos básicos e a reforma de setores públicos.

Sendo certo que continuará a ser necessário mais dados empíricos sobre os recursos e os procedimentos que alimentaram as políticas públicas, sobre o que estas produziram e sobre as consequências que tiveram para a população, pode afirmar-se que as investigações disponibilizadas nesta obra concorrem para consolidar a visão de que houve, na década de sessenta, uma crescente complexidade na organização das políticas públicas, envolvendo várias negociações e ajustamentos das instituições, cada vez com maior importância na estratégia para o desenvolvimento económico e social. Ainda assim, não deixa de ser verdadeiro que os membros da sociedade civil continuaram a ser, sobretudo, os objetos e não os sujeitos da governação. Como se mede então a qualidade de um governo num regime autoritário? O que vale e significa o que a literatura económica já chamou de «boa governança» para um autoritarismo?

Lisboa / Londres, 2019

Paula Borges Santos e José Maria Brandão de Brito

Fontes e bibliografia

- Acciaiuoli, M. (2015). *Casas com Escritos. Uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Agarez, R. C. (ed.) (2018). *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Amaral, L. (2002). *How a Country Catches Up: Explaining Economic Growth in Portugal in the Post-War Period (1950s to 1973)* (tese de doutoramento). European University Institute, Florença.
- Baptista, L. V. (1999). *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Brandão, T. (2015). A formação da JNICT e a política científica no período pós-Abril. In Rodrigues, M. L. & Heitor, M. (coords.), *40 Anos de Políticas da Ciência e de Ensino Superior* (pp. 187-234). Coimbra: Almedina.
- Brites, J. (2014). *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita.
- Brito, J. M. B. (1995). A economia portuguesa nos anos 60: as questões do desenvolvimento na encruzilhada das integrações. In *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura* (pp. 439-456). Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Brito, J. M. B., Heitor, M., & Rollo, M.F. (eds.). (2002). *Engenho e Obra. Engenharia em Portugal no Séc. XX*. Lisboa: Dom Quixote.
- Carolo, D. (2006). *A reforma da Previdência Social de 1962 na institucionalização do Estado-Providência em Portugal* (dissertação de mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Castanheira, J. P., Caeiro, A., & Vaz, N. (2019). *A Queda de Salazar. O Princípio do Fim da Ditadura*, 2.^a ed. Lisboa: Tinta da China.
- Castañó D., Fonseca, A. M., Lains, P., & Marcos, D. (2017). *Os Petróleos em Portugal: Do Estado à Privatização, 1937-2012*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Castilho, J. M. T. (2012). *Marcelo Caetano: Uma Biografia Política*. Coimbra: Almedina.
- Corkill, D. (2004). O Desenvolvimento Económico Português no Fim do Estado Novo. In Rosas, F. & Oliveira, P. A. (coords.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 213-232). [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- Dias, E. B. & Alves, J. F. (2004). As Transformações Portuárias em Portugal: século XX. In Heitor, M., Brito, J. M. B., & Rollo, M. F. (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 233-253), vol. II. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Fernandes, J. M. (1994). *Anos 60 – Anos de consequência?*. In Fernandes, J. M. (coord.), *Anos 60: anos de ruptura. Arquitectura portuguesa nos anos sessenta*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ferreira, J. (2004). Electrificação. In Heitor, M., Brito, J. M. B., & Rollo, M. F. (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 667-679), vol. II. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Garrido, A. (2006). *Economia e Política das Pescas Portuguesas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Guibentif, P. (1985). Génese da Previdência Social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo. *Ler História*, 5, 27-58.
- Heitor, M. (2015). Ciência e conhecimento na modernização de Portugal. In Rodrigues, M. L. & Heitor, M. (coords.), *40 Anos de Políticas da Ciência e de Ensino Superior* (pp. 81-146). Coimbra: Almedina.
- Lopes, J. S. (1996). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva.
- Lucena, M. (1976). *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. I – *O Salazarismo*. Lisboa: Perspetivas & Realidades.
- Lucena, M. (2000). Previdência social. In A. Barreto & M. F. Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal* (pp. 152-166), vol. IX. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Macedo, J. B. (1995). *Marcelo Caetano e o Marcelismo*. Lisboa: Colibri.
- Martinho, F. C. P. (2016). *Marcelo Caetano, Uma Biografia 1906-1980*. Lisboa: Objetiva.
- Meneses, F. R. (2009). *Salazar – Uma Biografia Política*, 2.^a ed. Alfragide, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Moreira, V. (1973). *Direito Corporativo [Tópicos das lições do ano letivo de 1971-72 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra]*. Coimbra: Unitas/ Cooperativa Académica de Consumo.
- Neves, E. M. (2004). Infra-estruturas em Portugal no século XX. In Heitor, M., Brito, J. M. B., & Rollo, M. F. (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 409-433), vol. I. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Nunes, F. A. (2018). *A Construção Jurídico-Política do Estado Social em Portugal durante o Estado Novo (1933-1974)*. Coimbra: Almedina.
- Nunes, J. P. A. & Alves, H. (2004). Minas e georrecursos. In Heitor, M., Brito, J. M. B., & Rollo, M. F. (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 471-514), vol. II. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Oliveira, E. R. A. (2004). Obras públicas em Portugal no século XX. In Heitor, M., Brito, J. M. B., & Rollo, M. F. (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 395-406), vol. I. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Oliveira, P. (2014). O Ciclo Africano. In Oliveira, P. A., Damião, J. & Costa, J. P. O. (coords.) *História da Expansão e do Império Português* (pp. 341-545). Lisboa: Esfera dos Livros.
- Patriarca, F. (2004). Estado Social: A Caixa de Pandora. In Rosas, F. & Oliveira, P. A. (coords.), *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 171-212). [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- Patriarca, F. (2008). Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcelo Caetano. In M. V. Cabral, K. Wall, S. Aboim & F. C. da Silva (eds.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS* (pp. 125-139). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ramos, R. (coord.). (2009). *História de Portugal*, 6^a ed. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Ramos, R. (2012). Nossas Memórias de Marcelo Caetano (Ensaio para uma análise histórica). In Cruz, M. B. & Ramos, R. (orgs.), *Marcelo Caetano. Tempos de Transição* (pp. 490-494). Lisboa: Porto Editora.

- Rias, A. P. (2009). *A Universidade no contexto da reforma Veiga Simão: 1971* (tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Rollo, M. F. (2004). Inovação e produtividade: o modelo americano e a assistência técnica americana a Portugal no pós-guerra. In Heitor, M., Brito, J. M. B., & Rollo, M. F. (coords.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 41-80), vol. I. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Rollo, M. F. (2015). A organização da ciência nas vésperas da Revolução. In Rodrigues, M. L. & Heitor, M. (coords.), *40 Anos de Políticas da Ciência e de Ensino Superior* (pp. 147-186). Coimbra: Almedina.
- Rosas F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal* (pp. 531-550), vol. 7 – *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (2004). Prefácio. Marcelismo: Ser ou Não Ser. In Rosas, F. & Oliveira, P. A. (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 9-26). [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- Rosas, F., & Oliveira, P. A. (coords). (2004). *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- Santos, P. B., & Brito, J. M. B. (2019). Corporativismo e habitação económica em meio urbano em Portugal (1933-1974). In Ramos, R. J. G., Pereira, V. B., Rocha, M., Silva, S. D. (coords.), *Contexto, Programa e Projeto: Arquitectura e Políticas Públicas de Habitação* (pp. 27-45). Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Arquitectura.
- Tavares, M. (2010). Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência: uma perspetiva estratégica. In *Actas 1.º CIHEL, Desenho e realização de bairros para populações com baixos rendimentos* (pp. 47-51). Lisboa: Argumentum.
- Tavares, M. & Duarte, J. M. C. (2018). O arrendamento social público (1945-1969): nova escala, novos programas e agentes. In Agarez, R. (coord.), *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018* (pp. 197-233). Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 2, 2.^a ed. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra.
- Tostões, A. (2004). Arquitectura Moderna Portuguesa: Os Três Modos. In Tostões, A. (coord.), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR.
- Valente, V. P. (1999). Marcelo Caetano. In Barreto, A. & Mónica, M. F. (coords), *Dicionário de História de Portugal* (pp. 205-206), vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas.